

Caldense apresenta tese de mestrado sobre o SIS

“SIRP: As relações entre a Comunidade de Informações de Segurança e a Comunicação Social”



Sun Tzu, combatente chinês, em 2500 A.C., foi o primeiro a utilizar as informações no cenário de guerra. Os princípios expostos na sua obra “A Arte da Guerra” tem sido seguidos pela maioria dos estrategas em número de cenários militares.

A actividade de produção de informações foi, ao longo de séculos, desenvolvida num quadro de relações informais estabelecidas entre os monarcas e alguns dos seus oficiais de confiança.

Nos primórdios da nacionalidade, a produção de informações esteve ligada às áreas mais sensíveis da governação, designadamente aos processos de reconquista territorial e de unificação política do Reino.

Volvidos mais de vinte anos sobre a instauração do regime democrático em Portugal, ainda hoje se questiona a legitimidade e a necessidade da produção de informações de segurança – isto é, de informações que tendem a salvaguardar a segurança interna e externa do Estado.

Essas funções adritas aos funcionários e agentes dos serviços de informações é uma das mais nobres quando nã-

ças Armadas, cuja função é a de produzir informações tóxicas para apoiar as forças portuguesas em teatros de guerra. Este último serviço não está integrado na lei dos Serviços de Informações (Lei 30/84) que criou o antecessor dos actuais SIS e SIEDM.

Têm a designação de “secreta” por isso mesmo, o que faz com que não possa estar ao alcance de todos. Este tipo de serviços públicos são os únicos a que não se aplica o alegado termo “transparência” (no sentido directo do termo). Nada vem indicado no Diário da República. As suas contas não são supervisionadas pelo Tribunal de Contas, e, em muitos casos, nem sequer existe forma legal de supervisionar certos gastos.

A actividade dos Serviços de Informações é tipicamente preventiva e destina-se a identificar as ameaças contra o Estado de direito democrático que ainda não ganharam os contornos suficientes para justificarem uma intervenção policial ou a instauração de um processo criminal, Terrorismo, subversão, e a criminalidade organizada são algumas das preocupações patentes nestes serviços.

Esta tese de Mestrado intitulada “SIRP: As relações entre a Comunidade de Informações de Segurança e a Comunicação Social”, dissertada na Universidade Fernando Pessoa, Porto, por Pedro Simões, investigador e professor universitário, auditor do Instituto de Defesa Nacional e quadro superior da Presidência do Con-

sigêvel interesse, é a colecta de testemunhos e análises quantitativa e qualitativa de um vasto conjunto de entrevistados, onde cabem os ex-Ministros da tutela Ângelo Correia e Dias Loureiro, o ex-Director do SIS e actual Secretário de Estado da Administração Interna, Rui Pereira, General Chito Rodrigues, ex-Director da DINFO, Daniel Sanches, ex-Director do SIS, General Vizeia Cardoso, ex-Director-Geral da DIMIL, Embaixador Bramão Ramos, actual Director-Geral do SIEDM, General Genaldas, actual Director do Gabinete Nacional de Segurança, Embaixador António Portugal, ex-Director do SIEDM, Prof. Dr. Ladeiro Monteiro, ex-Director do SIS e Prof. Cadrático UAL, Mestre Heitor Romana, actual Director-Geral-Adjunto do SIEDM, Juiz-Conselheiro Dias Bravo, ex-Presidente da Comissão de Fiscalização da PGR, Prof. Dr. Paquete de Oliveira, sociólogo/Vice-Reitor/ISCTE, à que se junta inúmeros professores universitários na área da Comunicação, dirigentes de órgãos de comunicação social e de associações representativas do sector e jornalistas, tais como Paulo Salvador, TVI, Celso Paiva-Sol, RR, Luis Proença, TSF, Mário Robalo, Expresso, Carlos Magno; TSF/NTV, Cesário Borge, RTP, Carlos Andrade, Director da TSF, entre outros.

Aqui e agora procura-se aclarar e desenvolver, certas facetas da fenomenologia da Comunidade de Informações portuguesa em relação à Comunicação Social, em sentido

Casos mediáticos na imprensa portuguesa

Entre 1996 e 2000, a imprensa portuguesa deu notícia a 496 assuntos relacionados com as informações. Os casos “SIS/Moderna” e “SIEDM/Veiga Simão” foram os que mais celeuma motivaram. Neste estudo, é revelado das 53 editadas sobre o primeiro caso, 89% mostravam um pendôr negativo, 11% eram neutras e nenhuma mostrava positividade. Já em relação ao caso “SIEDM/Veiga Simão”, que terminou na demissão do então Ministro da Defesa, das 59 notícias, 89% tinham pendôr negativo, 8% eram neutras e 3% indicavam alguma positividade.

As dezenas de inquiridos neste trabalho académico deram mostras da sua opinião sobre aspectos que vão desde a sua opinião sobre o SIRP; qual o perfil de um agente de informações; se os serviços SIS e SIEDM se deveriam fundir ou não; se concordam com a impossibilidade destes serviços efectuarem escutas telefónicas; qual a sua perspectiva sobre a relação destes serviços com a comunicação social e como eles são vistos a nível sociológico.

Para que servem as “secretas”?

Os agentes de informações nada têm a ver com actuações menos conformes com os princípios democráticos executadas por organismos como a PIDE ou a DGS em períodos anteriores ao 25 de Abril. Os serviços de informações, presentes em todos os Estados de direito, não possuem competências judiciais ou policiais. Estes serviços servem para agir “a montante”, e alertar os poderes competentes – Governo – sobre situações que podem originar problemas graves para a integridade do país e para as relações com o estrangeiro. As secretas devem funcionar como um redutor de surpresas.

Com o atentado de 11 de Setembro, foi possível a opinião pública tomar contacto com a existência de alguns Serviços de Informações, e interrogar-se sobre a sua actuação. Muitos mesmo gostariam de saber mais sobre esta área, inacessível para a maioria. Exclamava-se: “os ataques terroristas ficaram-se a dever, em grande parte, à má-actuação da área analítica do FBI (Federal Bureau of Informations), da CIA

(Central Intelligence Agency) e do NSA (National Security Agency)”. Essas eram opiniões de alguns analistas da nossa imprensa. A maioria deles, militares de topo. A opinião pública portuguesa relacionou-se, repente, com uma nova perspectiva: o “undercover world”.

A posição geoestratégica de Portugal coloca o nosso país nas grandes rotas da droga; o Magreb e o Norte de África, assim como o fundamentalismo islâmico estão demasiado perto; a criminalidade organizada vai ramificando-se numa autêntica “aldeia global”, muito para lá dos ideais de Marshall McLuhan, e a ETA opera ali ao lado. As ameaças são reais. Os Serviços de Informações actuam na penumbra. Estes serviços são organismos públicos, administrativamente de secreto nada têm, mas ninguém sabe o que fazem e quem os opera...

Dentro em pouco, os mais atentos a estas áreas poderão ter acesso a este trabalho académico. Esta Tese de Mestrado encontra-se em fase final de revisão editorial, aguardando-se a sua edição no mercado nacional e internacional.

Pedro Simões
(Universidade Fernando Pessoa, Porto)

“As informações são relevantes para a segurança do país”

Jaime Costa - Qual o seu interesse pela área da Comunicação?

Pedro Simões - Comunicação e informação foi, desde sempre, as áreas em que estive profissionalmente envolvido. Desde actividades que exerci na Rádio Litoral Oeste